

*Afixar e
Publicar*

CONSELHO GERAL

REGULAMENTO ELEITORAL PARA O CONSELHO GERAL Do Agrupamento de Escolas Gil Paes

Nos termos das competências atribuídas a este Conselho e para os efeitos do disposto nos artigos 12.º, 14.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de Julho, e ainda, ex vi do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Regulamento Interno deste Agrupamento, o Conselho Geral declara aberto o processo para a eleição e designação dos membros do Conselho Geral para o quadriénio 2018/2022.

CAPÍTULO I - PRINCÍPIOS GERAIS

ARTIGO 1º - OBJETO

O presente regulamento estabelece os princípios, regras e procedimentos aplicáveis às eleições dos representantes do pessoal docente e não docente e dos alunos para o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Gil Paes.

ARTIGO 2º - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

O procedimento eleitoral deve respeitar os princípios gerais de direito eleitoral relevantes em vigor no ordenamento jurídico - constitucional português, nomeadamente a promoção da igualdade de género e a educação para a cidadania livre e consciente. As eleições realizam-se por sufrágio direto e secreto.

ARTIGO 3º - CAPACIDADE ELEITORAL E DIREITO DE VOTO

1. Goza de capacidade eleitoral:
 - a. Todo o pessoal docente, professores e formadores, na dependência funcional do Agrupamento de Escolas;
 - b. Todo o pessoal não docente na dependência funcional do agrupamento de escolas, que possua vínculo contratual com este ou com a Câmara Municipal.
 - c. Todos os alunos a frequentar o ensino secundário ou equivalente.
2. É elegível para representante no Conselho Geral, todo o pessoal docente ou pessoal não docente referido no n.º 1.
3. É elegível para representante no Conselho Geral todo o aluno maior de dezasseis anos nas condições referidas no n.º 1.c.

CAPÍTULO II - PROCESSO ELEITORAL

ARTIGO 4º - MODO DE ELEIÇÃO

1. Os representantes no Conselho Geral são eleitos por listas plurinominais, dispondo cada eleitor de um voto singular de lista.
2. Os representantes do pessoal docente, do pessoal não docente e dos discentes são eleitos em processos eleitorais separados.

ARTIGO 5º - ORGANIZAÇÃO DAS LISTAS

1. As listas propostas à eleição devem conter a indicação dos candidatos efetivos em número igual ao dos respectivos representantes no Conselho Geral, bem como dos candidatos a membros suplentes, cujo número deve ser, pelo menos, metade dos membros efetivos;
2. Os candidatos de cada lista consideram-se ordenados segundo a sequência da respetiva declaração de assinatura.
3. Cada candidato só pode integrar uma única lista.

ARTIGO 6º - CRITÉRIO DE ELEIÇÃO

A conversão dos votos em mandatos faz-se de acordo com o método de representação proporcional da média mais alta de Hondt.

ARTIGO 7º - VAGAS OCORRIDAS NO CONSELHO GERAL

1. As vagas ocorridas no Conselho Geral são preenchidas pelo candidato que esteja imediatamente a seguir na lista.
2. Os novos representantes completam o mandato dos membros substituídos.

CAPÍTULO III - ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL

ARTIGO 8º - CALENDÁRIO ELEITORAL

1. O Conselho Geral, pelo seu presidente ou por quem o substitua, inicia o processo eleitoral, para os representantes do pessoal docente e não docente e dos discentes, neste Conselho, convocando as respetivas Assembleias de Voto.
2. As convocatórias devem mencionar o dia, hora e local da Assembleia de Voto e são afixadas nos "lugares de estilo" da escola sede e enviadas para todos os Estabelecimentos de Ensino do Agrupamento, com a antecedência mínima de 10 dias úteis.

ARTIGO 9º - COMISSÃO ELEITORAL

1. O Conselho Geral constitui uma Comissão Eleitoral responsável pelo processo eleitoral e acompanhamento do ato eleitoral, constituída pelo seu Presidente, que preside, e mais dois a quatro elementos de entre os vogais efetivos deste Conselho.
3. Na primeira reunião que realizar, a Comissão Eleitoral deverá aprovar os cadernos eleitorais para os atos eleitorais.

CAPÍTULO IV - CANDIDATURAS

ARTIGO 10º - APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS E REQUISITOS

1. As listas devem ser apresentadas nos Serviços de Administração Escolar do Agrupamento, em envelope fechado dirigido ao Presidente da Comissão Eleitoral, até ao 5º dia útil anterior à data do respetivo ato eleitoral.
2. A apresentação consiste na entrega da lista, em formulário próprio, contendo os nomes completos dos candidatos e a qualidade em que se candidatam.

3. As listas devem ser rubricadas por todos os candidatos como forma de aceitação.
4. As listas candidatas do pessoal docente devem integrar obrigatoriamente elementos do 1º Ciclo e da Educação Pré-Escolar.
5. Não tendo havido listas concorrentes, a Comissão Eleitoral convoca novo processo eleitoral no prazo de quinze dias.

ARTIGO 11º - MANDATÁRIO DA LISTA

O mandatário da lista, que representa a lista junto da Comissão Eleitoral é o candidato do Agrupamento de Escolas que conste em primeiro lugar, salvo se outro candidato for mencionado.

ARTIGO 12º - VERIFICAÇÃO DAS CANDIDATURAS E IRREGULARIDADES PROCESSUAIS

1. A Comissão Eleitoral reúne no próprio ou no dia seguinte ao terminus do prazo para apresentação de candidaturas para verificar a regularidade das candidaturas e a elegibilidade dos candidatos e caso exista alguma irregularidade processual, o Presidente da Comissão informa o mandatário da lista para a suprir no prazo de quarenta e oito horas.
2. Na reunião referida no número anterior, a Comissão procede ao sorteio das listas apresentadas para o efeito de lhes atribuir uma letra e a consequente ordem alfabética nos boletins de voto.
3. Os mandatários das listas podem assistir à reunião.

ARTIGO 13º - REJEIÇÃO DE CANDIDATURAS

1. São rejeitados os candidatos inelegíveis.
2. No caso de haver candidatos inelegíveis ou da lista não conter o número total de candidatos, o mandatário deve completá-la no prazo definido no n.º 1 do artigo anterior, sob pena de rejeição de toda a lista.
3. Findo o prazo referido no número anterior, o Presidente da Comissão Eleitoral faz operar nas listas as retificações ou aditamentos requeridos pelos respetivos mandatários.

ARTIGO 14º - PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES

Nas 48 horas seguintes à realização da reunião prevista no n.º 1 do artigo 12.º, o Presidente da Comissão Eleitoral faz afixar nos “lugares de estilo” da Escola Sede e envia para todos os Estabelecimentos do Agrupamento, as listas candidatas aceites e o motivo para a rejeição das outras.

ARTIGO 15º - RECLAMAÇÕES

As reclamações devem ser apresentadas ao Presidente da Comissão Eleitoral até quarenta e oito horas após a ocorrência do facto que lhes deu origem, devendo ser respondidas nas vinte e quatro horas subsequentes.

ARTIGO 16º - ALTERAÇÃO NAS LISTAS

Após a publicação das listas, não é permitida a sua alteração até à tomada de posse no Conselho Geral.

CAPÍTULO V - ASSEMBLEIA DE VOTO

ARTIGO 17º - MESA DA ASSEMBLEIA DE VOTO

1. Na Assembleia de Voto é constituída uma mesa para promover e dirigir as operações eleitorais.
2. A mesa é composta por um Presidente, um Secretário e um Escrutinador, nomeados pela Comissão Eleitoral entre os respetivos eleitores.
3. A Comissão Eleitoral nomeia também três substitutos que assumirão funções em caso de ausência dos membros efetivos.
4. O Secretário substitui o Presidente na sua ausência e é substituído pelo Escrutinador.
5. Os trabalhos da mesa podem ser acompanhados pelos mandatários das listas, que têm os seguintes poderes:
 - a) Consultar as cópias dos cadernos eleitorais;
 - b) Ser ouvidos e esclarecidos acerca de todas as questões suscitadas durante o funcionamento da Assembleia de Voto.
 - c) Apresentar, oralmente ou por escrito, reclamações, protestos ou contraprotostos relativos às operações de voto;
 - d) Assinar a ata.
- e) Os mandatários não podem ser designados para substituir membros da mesa

ARTIGO 18º - CONSTITUIÇÃO DA MESA E PERMANÊNCIA

1. Se por qualquer motivo a mesa da Assembleia de Voto não puder ser constituída até à hora marcada para a abertura, a Comissão Eleitoral, juntamente com os elementos da mesa presentes, procederão às diligências necessárias para normalizar a situação.
2. A mesa, uma vez constituída, não pode ser alterada, salvo caso de força maior.
3. Para a validade das operações eleitorais é necessária a presença, em cada momento, de pelo menos dois dos seus membros.

ARTIGO 19º - CADERNOS ELEITORAIS

1. A Direção do Agrupamento deve fornecer, em tempo útil, os cadernos eleitorais à Comissão Eleitoral.
2. A Comissão Eleitoral deve entregar ao presidente da mesa de voto, o respetivo caderno eleitoral, depois de o aprovar.

CAPÍTULO VI - SUFRÁGIO

ARTIGO 20º - PESSOALIDADE E PRESENCIALIDADE DO VOTO

1. O direito é exercido diretamente por cada eleitor.
2. Não é admitida nenhuma forma de representação ou delegação no exercício do direito de sufrágio.
3. Podem votar antecipadamente os eleitores que estejam impedidos de se deslocar à Assembleia de Voto por imperativo inadiável de exercício das suas funções ou impedimento legal.

ARTIGO 21º - MODO DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO ANTECIPADO

1. Qualquer eleitor que esteja nas condições previstas no artigo anterior pode dirigir-se ao Presidente da Comissão Eleitoral até ao dia anterior ao da eleição, manifestando a sua vontade de exercer antecipadamente o direito de sufrágio.
2. O Presidente da Comissão Eleitoral verifica o impedimento invocado e permite o voto antecipado se aquele não permitir a presença na assembleia de voto durante o seu funcionamento.
3. O Presidente da Comissão Eleitoral entrega ao eleitor um boletim de voto e um sobrescrito de cor branca para receber o boletim de voto e um de cor azul destinado a receber o sobrescrito anterior.
4. O eleitor preenche o boletim em condições que garantam o segredo de voto, dobra-o em quatro, introduzindo-o no sobrescrito de cor branca, que fecha adequadamente.
5. Em seguida, o sobrescrito de cor branca é introduzido pelo eleitor no sobrescrito de cor azul, que deverá fechar e escrever o seu nome completo no exterior.
6. O Presidente da Comissão Eleitoral elabora uma ata das operações efetuadas, solicitando aos eleitores que exerceram o seu voto antecipadamente que a rubriquem.
7. O Presidente da Comissão Eleitoral entregará a ata juntamente com os sobrescritos ao presidente da mesa da Assembleia de Voto antes da abertura desta.

ARTIGO 22º - UNICIDADE DO VOTO

A cada eleitor só é permitido votar uma vez.

ARTIGO 23º - REQUISITOS DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

Para que o eleitor seja admitido a votar deve estar inscrito no caderno eleitoral e ser reconhecida pela mesa a sua identidade.

CAPÍTULO VII - VOTAÇÃO

ARTIGO 24º - PERÍODO DE VOTAÇÃO

A Assembleia de Voto mantém-se aberta durante oito horas, a menos que antes tenham votado todos os eleitores inscritos nos cadernos eleitorais.

ARTIGO 25º - ABERTURA DA VOTAÇÃO

1. Constituída a mesa, o Presidente declara iniciadas as operações eleitorais, procede com os restantes membros da mesa e os mandatários das listas à revista da câmara de voto e dos documentos de trabalho da mesa e exhibe a urna para que todos se possam certificar de que se encontra vazia.
2. Não havendo nenhuma irregularidade, votam imediatamente os membros da mesa e os mandatários das listas.

ARTIGO 26º - PROCEDIMENTO DA MESA EM RELAÇÃO AOS VOTOS ANTECIPADOS

1. Após terem votado os elementos da mesa, e no caso de existirem votos antecipados, o Presidente procederá à sua abertura e lançamento na urna,

entregando ao Escrutinador o sobrescrito azul para verificar se o eleitor está devidamente inscrito.

2. Feita a descarga no caderno eleitoral, o presidente abre o sobrescrito branco e introduz o boletim de voto na urna.

ARTIGO 27º - ORDEM DE VOTAÇÃO

Os eleitores votam pela ordem de chegada à Assembleia de Voto, dispondo-se para o efeito em fila.

ARTIGO 28º - CONTINUIDADE DAS OPERAÇÕES ELEITORAIS E ENCERRAMENTO DA VOTAÇÃO

1. A Assembleia Eleitoral funciona ininterruptamente até serem concluídas todas as operações de votação e apuramento.

2. A admissão de eleitores na Assembleia de Voto faz-se até à hora marcada na respectiva convocatória para o final da votação. Depois desta hora apenas podem votar os eleitores presentes.

3. O Presidente declara encerrada a votação logo que tiverem votado todos os eleitores inscritos, ou logo que tiverem votado todos os eleitores presentes na Assembleia de Voto.

ARTIGO 29º - PROIBIÇÃO DE PROPAGANDA

É proibida qualquer propaganda dentro da Assembleia de Voto.

ARTIGO 30º - BOLETINS DE VOTO

1. Os boletins de voto são de forma retangular com as dimensões apropriadas para neles caber a indicação de todas as listas submetidas à votação e são impressos em papel branco, liso e não transparente.

2. Em cada boletim de voto são impressas todas as listas admitidas à votação com um quadrado em branco colocado à frente de cada uma, destinado a ser assinalado com a escolha do eleitor.

3. A impressão dos boletins de voto é da responsabilidade do Agrupamento em conformidade com as indicações da Comissão Eleitoral.

4. Os boletins de voto, em número igual ao dos eleitores inscritos na Assembleia de Voto, mais 20%, são entregues ao Presidente da mesa da Assembleia de Voto.

ARTIGO 31º - MODO COMO VOTA CADA ELEITOR

1. Cada eleitor apresenta-se perante a mesa e identifica-se ao presidente.

2. Reconhecido o eleitor, o presidente, depois de verificada a inscrição no caderno eleitoral, entrega-lhe um boletim de voto.

3. Em seguida, o eleitor entra na câmara de voto situada na Assembleia e aí, sozinho, marca uma cruz no quadrado respetivo da lista em que vota e dobra o boletim em quatro.

4. Voltando para junto da mesa, o eleitor entrega o boletim ao Presidente, que o introduz na urna, enquanto o Escrutinador descarrega o voto, rubricando o caderno eleitoral.

5. Se, por inadvertência, o eleitor deteriorar o boletim, deve pedir outro ao Presidente, devolvendo-lhe o primeiro. O Presidente escreve no boletim devolvido a nota de inutilizado, rubrica-o e conserva-o.

ARTIGO 32º - VOTO EM BRANCO OU NULO

1. Considera-se voto em branco o do boletim que não tenha sido objeto de qualquer tipo de marca.
2. Considera-se voto nulo o do boletim de voto:
 - a. No qual tenha sido assinalado mais de um quadrado ou quando haja dúvidas sobre qual o quadrado assinalado;
 - b. No qual tenha sido feito qualquer corte, desenho ou rasura ou quando tenha sido escrita qualquer palavra.
3. Não se considera voto nulo o do boletim de voto no qual a cruz, embora não perfeitamente desenhada ou excedendo os limites do quadrado, assinale inequivocamente a vontade do eleitor.
4. Considera-se, ainda, voto nulo o voto antecipado quando o boletim de voto não chega ao seu destino nas condições previstas no artigo 21.º ou seja recebido em sobrescrito que não esteja devidamente fechado.

ARTIGO 33º - DÚVIDAS, RECLAMAÇÕES, PROTESTOS E CONTRA PROTESTOS

1. Qualquer eleitor inscrito no caderno eleitoral ou qualquer dos mandatários das listas pode suscitar dúvidas e apresentar por escrito reclamação, protesto ou contraprotesto relativos às operações eleitorais da Assembleia de Voto e instruí-los com os documentos convenientes.
2. A mesa não pode negar-se a receber as reclamações, os protestos e os contraprotestos, devendo rubricá-los e apensá-los às atas.
3. As reclamações, os protestos e os contra protestos têm de ser objeto de deliberação da mesa, que pode tomá-la no final, se entender que isso não afeta o andamento normal da votação.
4. Todas as deliberações da mesa são tomadas por maioria absoluta dos seus membros e fundamentadas, tendo o Presidente voto de desempate.

CAPÍTULO VIII - APURAMENTO

ARTIGO 34º - OPERAÇÃO PRELIMINAR

Encerrada a votação, o Presidente da Assembleia de Voto procede à contagem dos boletins que não foram utilizados e dos que foram inutilizados pelos eleitores e encerra-os num sobrescrito próprio, que fecha e rubrica.

ARTIGO 35º - CONTAGEM DOS VOTANTES E DOS BOLETINS DE VOTO

1. Encerrada a operação preliminar, o Presidente da Assembleia de Voto manda contar os votantes pelas descargas efetuadas nos cadernos eleitorais.
2. Concluída essa contagem, o presidente manda abrir a urna, a fim de conferir o número de boletins de voto entrados e, no fim da contagem, volta a introduzi-los nela.
3. Em caso de divergência entre os números dos votantes apurados nos termos do n.º 1 e dos boletins de voto contados, prevalece, para fins de apuramento, o segundo destes números.

ARTIGO 36º - CONTAGEM DOS VOTOS

1. O Escrutinador desdobra os boletins um a um, e anuncia em voz alta qual a lista votada. O Secretário regista numa folha branca ou, de preferência, num quadro bem visível, e separadamente, os votos atribuídos a cada lista, os votos em branco e os votos nulos.

- Vn 4
2. Simultaneamente, os boletins de voto são examinados e exibidos pelo Presidente, que os agrupa em lotes separados, correspondentes a cada uma das listas votadas, aos votos em branco e aos votos nulos.
 3. Terminadas essas operações, o presidente procede à contraprova da contagem, pela contagem dos boletins de cada um dos lotes separados.
 4. Os mandatários das listas têm o direito de examinar, depois, os lotes dos boletins de voto separados, sem alterar a sua composição, e, no caso de terem dúvidas ou objeções em relação à contagem ou à qualificação dada ao voto de qualquer boletim, têm o direito de solicitar esclarecimentos ou apresentar reclamações ou protestos perante o presidente.
 5. Se a reclamação ou protesto não forem atendidas pela mesa, os boletins de voto reclamados ou protestados são separados, anotados no verso, com a indicação da qualificação dada pela mesa e do objeto da reclamação ou do protesto e rubricados pelo Presidente e, se o desejar, pelo mandatário da lista e encerrados em sobrescrito próprio.
 6. A reclamação ou protesto não atendidos não impedem a contagem do boletim de voto para efeitos de apuramento.

ARTIGO 37º - DESTINO DOS BOLETINS DE VOTO

Os boletins de voto não utilizados são fechados em sobrescrito, que juntamente com o sobrescrito contendo os votos inutilizados e o que contém os boletins alvo de protesto, serão entregues ao Presidente da Comissão Eleitoral.

ARTIGO 38º - ATA DAS OPERAÇÕES ELEITORAIS

1. Compete ao Secretário proceder à elaboração da ata das operações de votação e apuramento.
2. Da ata devem constar:
 - a. Os números de inscrição no caderno eleitoral e os nomes dos membros da mesa e dos mandatários das listas;
 - b. A hora de abertura e de encerramento da votação e o local da Assembleia de Voto;
 - c. As deliberações tomadas pela mesa durante as operações;
 - d. O número total de eleitores inscritos e de votantes;
 - e. O número de votos obtidos por cada lista, o de votos em branco e o de votos nulos;
 - f. O número de boletins de voto sobre os quais haja incidido reclamação ou protesto;
 - g. As divergências de contagem, se as houver, com a indicação precisa das diferenças notadas;
 - h. O número de reclamações, protestos e contra protestos apensos à ata;
 - i. Quaisquer outras ocorrências que a mesa julgar dever mencionar.

ARTIGO 39º - ENVIO À COMISSÃO ELEITORAL

Nas vinte e quatro horas seguintes à votação, o Presidente da Assembleia de Voto entrega ao Presidente da Comissão Eleitoral a ata, o caderno eleitoral e demais documentos respeitantes à eleição.

10/11

ARTIGO 40º - PROTESTOS OU RECLAMAÇÕES NÃO ATENDIDAS

Havendo protestos ou reclamações não atendidas, o Presidente da Comissão Eleitoral convoca uma reunião para analisar e deliberar sobre eles, nas quarenta e oito horas seguintes à realização da eleição.

ARTIGO 41º - PROCLAMAÇÃO E PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Presidente da Comissão Eleitoral faz afixar os resultados dos processos eleitorais nos “lugares de estilo” da escola sede e envia-os para os restantes estabelecimentos do agrupamento, sendo as respetivas atas enviadas ao Ministério da Educação, juntamente com o restante processado.

ARTIGO 42º - DESTINO DA DOCUMENTAÇÃO

Terminado o prazo de recurso, ou decididos os recursos que tenham sido apresentados, o Presidente da Comissão Eleitoral procede ao arquivo dos documentos.

CAPÍTULO IX - CONTENCIOSO ELEITORAL

ARTIGO 43º - RECURSO

1. As irregularidades ocorridas no decurso da votação e no apuramento parcial e geral podem ser apreciadas em recurso contencioso, desde que hajam sido objeto de reclamação ou protesto apresentados no ato em que se verificaram.
2. Da decisão sobre a reclamação ou protesto podem recorrer, além do apresentante da reclamação, protesto ou contra protesto, os candidatos e os seus mandatários que concorrem à eleição.
3. A petição especifica os fundamentos de facto e de direito do recurso e será acompanhada de todos os elementos de prova, incluindo fotocópia da ata da Assembleia de Voto em que a irregularidade tiver ocorrido.

ARTIGO 44º - ÓRGÃO COMPETENTE, PROCESSOS E PRAZOS

1. O recurso é interposto no prazo de 48 horas, a contar da afixação do resultado do apuramento, perante a Presidente da Comissão Eleitoral.
2. O Presidente da Comissão Eleitoral manda notificar imediatamente os mandatários das listas concorrentes para que estes e os candidatos respondam, querendo, no prazo de 24 horas.
3. Nas 48 horas subseqüentes ao termo do prazo previsto no número anterior, o Presidente da Comissão Eleitoral, em reunião com a Comissão Eleitoral, decide definitivamente do recurso, afixando imediatamente a decisão nos “lugares de estilo” da Escola Sede do Agrupamento.

ARTIGO 45º - NULIDADE DAS ELEIÇÕES

1. A votação só é julgada nula quando se hajam verificado ilegalidades que possam influir no resultado geral da eleição.
2. Declarada a nulidade da eleição, o ato eleitoral correspondente é repetido no 8.º dia posterior à decisão.

CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 46º - COMPOSIÇÃO DO CONSELHO GERAL

1. De acordo com o artigo 10.º do Regulamento Interno deste Agrupamento, ex vi do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, o Conselho Geral deste Agrupamento é composto por representantes do pessoal docente e não docente, dos alunos, dos pais e encarregados de educação, da autarquia local e ainda de representantes da comunidade local com parcerias ou protocolos estabelecidos com o Agrupamento e associados ao mundo empresarial, cultural, social ou científico, perfazendo um total de 21 membros:

- a) Sete representantes do corpo docente;
- b) Cinco representantes dos pais e encarregados de educação;
- c) Três representantes da autarquia;
- d) Três representantes da comunidade;
- e) Dois representantes do pessoal não docente;
- f) Um representante dos alunos do ensino secundário, maior de dezasseis anos.

2. Os representantes dos pais e encarregados de educação são eleitos em assembleia geral de pais e encarregados de educação do Agrupamento, sob proposta das respetivas organizações representativas e, na falta das mesmas, em assembleia geral de pais e encarregados de educação.

3. Os representantes do município são designados pela Câmara Municipal, podendo esta delegar tal competência nas juntas de freguesia.

4. Os representantes da comunidade local com parcerias ou protocolos estabelecidos com o Agrupamento e associados ao mundo empresarial, cultural, social ou científico, são cooptados pelos membros do Conselho Geral, através de voto secreto na primeira reunião do órgão. Caberá ao presidente diligenciar no sentido de contactar e receber a decisão de aceitação das individualidades ou representantes de instituições cooptados.

ARTIGO 47º - CALENDÁRIO E CAMPANHA ELEITORAL

O Calendário Eleitoral e a Campanha Eleitoral serão apresentados num Cronograma que obedecerá aos princípios, prazos e processos constantes neste Regulamento.

ARTIGO 48º - DIREITO SUBSIDIÁRIO

Em tudo o que não estiver regulado no presente regulamento aplica-se a lei em vigor.

ARTIGO 49º - ENTRADA EM VIGOR

O presente regulamento foi aprovado a 3 de outubro de 2018, entrando em vigor no dia seguinte.

P/O Conselho Geral

